



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

**ATA DA 143ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA
PERMANENTE DE CONTROLE E QUALIDADE AMBIENTAL.**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, realizou-se a 143ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Controle e Qualidade Ambiental, do Conselho Estadual de Meio Ambiente, através de videoconferência, com início às 09h30min e com a presença dos seguintes Representantes: Sra. Marion Luiza Heinrich, representante da FAMURS; Sr. Marcelo Camardelli, representante da FARSUL; Sra. Katiane Roxo, representante da FECOMERCIO; Sra. Vanessa Isabel Rodrigues, Representante da FEPAM; Sr. Tiago José Pereira, representante da FIERGS; Sr. Altair Hommerding, Representante da SEAPDR; Sr. Tenente Hochmuller, representante da SSP; Sra. Joaisane Pistorello, representante da SOP. Constatando a existência de quórum, o Sr. Presidente, deu início a reunião às 09h38min. **Passou-se ao 1º item de pauta: Aprovação da Ata 142ª Reunião Ordinária:** Tiago Pereira/Fiergs-Presidente: Não havendo manifestações contrárias ou abstenções, **APROVADO POR UNANIMIDADE. Passou-se ao 2º item de pauta: Revisão da Resolução de Coprocessamento em fornos de clínquer – conforme anexos:** Tiago Pereira/Fiergs-Presidente: A resolução já foi feita uma breve apresentação do texto que foi apreciada anteriormente na CTP. A norma foi para consulta pública ficando a disposição pelo período específico. Retornando basicamente com três contribuições, sendo uma com elogios, a outra com perguntas que não se tem o hábito de responder aqui na CTP, sendo que não foi consideração como contribuição. A terceira sim tem um documento da PROAMB, onde eles algumas contribuições que foi passado ao GT. Sendo que primeiro ponto foi sobre: Art. 1º, parágrafo 1º, inciso III – Sugestão para inserção do texto em destaque “resíduos de serviços de saúde, ressalvados os medicamentos, resíduos provenientes do processo de produção da indústria farmacêutica, produtos avariados, vencidos ou obsoletos dos centros de distribuição de produtos farmacêuticos e os que tenham sido descaracterizados em razão de submissão a tratamento que altere suas propriedades físicas, físico-químicas, químicas ou biológicas.” Justificativa: Amplia o escopo de forma clara para a blendagem e coprocessamento materiais e produtos não-comercializáveis em centros de distribuição e farmácias que, atualmente, são destinados para aterros ou para fora do estado do RS. Ganho ambiental pela eliminação completa do passivo no processo e favorecimento da logística de destinação. Esse foi o único fato que o GT entendeu pertinente. O segundo ponto é que seja feito uma Inclusão de novo parágrafo no Art. 1º - Sugestão de novo parágrafo no Art. 1º.“Os resíduos referenciados neste artigo, aos quais se aplica esta resolução ou há autorização da FEPAM para destinação a unidades de blendagem, podem integrar os sistemas de logística reversa previstos na Lei 12.305 de 2010 quando regulamentados no âmbito federal e estadual. ”Justificativa: A operação de logística reversa, prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), vem se ampliando fortemente nos últimos a partir de diversas regulamentações editadas pelo Governo Federal e acatadas por órgãos ambientais em diferentes estados. Na Lei 12.305 de 2010 (PNRS) o aproveitamento energético é definido como hierarquicamente superior à disposição final de resíduos em aterro sanitário. Nessa mesma linha o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARES), lançado em 2022, expressa a importância ambiental da atividade de coprocessamento, destacando a fabricação de Blend/CDR como uma das tecnologias com maior aproveitamento dos resíduos. É importante a nova resolução fazer menção aos processos de logística reversa dentro do coprocessamento, tendo em vista o Decreto nº 10.936 de 2022 que traz o tratamento dos resíduos (p.e.blendagem/coprocessamento) como melhor alternativa em caso de impossibilidade de reciclagem. O Decreto 11.044 de 2022, que institui o crédito de logística reversa Recicla+, aceita a fabricação de CDR com resíduos sólidos urbanos como comprovação das metas de logística reversa, sendo os documentos emitidos pelas unidades de fabricação do CDR aceitos para emissão do crédito Recicla+. O Decreto 10.388 de 2020, que institui a logística reversa de medicamentos e suas embalagens, reconhece o coprocessamento como

44 destinação final ambientalmente adequada para estes produtos como tecnologia superior ao aterro industrial.
45 Este decreto também exige dos geradores o desempenho e performance na operação, sendo os documentos
46 gerados na operação de blendagem e coprocessamento válidos para relatórios anuais de acompanhamento.
47 Por fim, é sensato instituir, inclusive, metas específicas em valores percentuais para que as empresas
48 desempenhem a recuperação energética (via coprocessamento) de não-recicláveis. O GT entendeu que não
49 seria adequada a inclusão desse parágrafo, pois em nenhum momento foi tratado a minuta sobre logística
50 reversa. A Resolução trata de licenciamento de atividade de coprocessamento. O terceiro ponto foi de -
51 Inclusão de novo artigo, logo após o Art. 3º - Sugestão para redação “Os óleos lubrificantes usados ou
52 contaminados em que seja comprovada a inviabilidade de destinação para reciclagem pelo processo de
53 rerrefino, ou tecnologia semelhante, poderão ser encaminhados para blendagem e coprocessamento, desde
54 que a unidade de recebimento seja licenciada pela FEPAM. § 1º As embalagens de óleos lubrificantes poderão
55 ser destinadas para unidades de blendagem, desde que seja observado o processo disposto no caput deste
56 artigo.” § 2º Em caso de blendagem e coprocessamento de óleo lubrificante usado ou contaminado e suas
57 embalagens, as quantidades processadas serão contabilizadas nas metas de logística reversa” Justificativa:
58 Visto que nenhuma restrição consta sobre coprocessamento óleos lubrificantes usados ou contaminado e suas
59 embalagens na resolução do CONAMA 499/2020 entende-se que há margem para implementação desta
60 técnica de destinação ambientalmente adequada destas matérias. O disposto vai em consonância com
61 PLANARES, aprovado pelo Decreto 11.043/2022, que define a fabricação de blend/CDR como técnica que
62 viabiliza elevado aproveitamento dos resíduos. Na lei 12.305 (PNRS) fica estabelecido que os óleos
63 lubrificantes e suas embalagens devem implementar os sistemas de logística reversa. Por fim, no Decreto
64 10.936/2022, que regulamenta a PNRS (lei 12.305/2010), fica expresso no parágrafo 3º do artigo 73 que outras
65 utilizações de óleos lubrificantes usados ou contaminados, quando comprovada a inviabilidade rerrefino ou
66 técnica similar, podem ser adotadas desde que licenciadas pelo órgão ambiental. Esse é outro ponto que se
67 tem uma resolução da CONAMA específica que regra essa questão. O quarto ponto é a - Contestação dos Art.
68 2º e 5º da Portaria FEPAM 009/2012 e replicados na Resolução CONSEMA 370/2017 “Art. 2º - Materiais
69 derivados de MDP, MDF e assemelhados, na forma de cavacos, serragem, pó de lixamento, aglomerado,
70 compensado e demais derivados poderão ser utilizados como combustível em processo de geração de calor
71 por combustão externa, em caldeiras e fornos nos quais a temperatura mínima na zona de queima seja
72 superior a 750 oC, desde que não tenham sido tratados com produtos halogenados, anti fungicos, tintas,
73 vernizes, adesivos e revestidos de plásticos, PVC ou quaisquer outros revestimentos, exceto papel melamínico
74 puro; Parágrafo Único – As caldeiras e fornos mencionados no caput deste artigo deverão possuir,
75 necessariamente, em operação, sistema de controle de temperatura na zona de queima, devidamente
76 calibrado e com visor/registrador de dados de fácil acesso;” Justificativa: As caldeiras devem, além do controle
77 de temperatura, apresentar controle de dosagem e injeção de material, sistema de abatimento de particulados,
78 controle de emissões atmosféricas de CO, NOx, COV e Formaldeído (VOC), que garantam que a operação
79 atende os limites estabelecidos na Diretriz Técnica 01/2018 da FEPAM. Portanto, deve haver licenciamento
80 específico da atividade de queima em caldeira, tendo em vista que os resíduos de MDP e MDF são
81 classificados com resíduos perigosos. Outrossim, não há menção sobre o tempo residência, turbulência dos
82 gases na câmara de combustão, excesso de oxigênio ou ambiente redutor para controle e atenuação das
83 emissões. Requisitos básicos para eliminação de gases poluentes. Além disso, as cinzas resultantes desse
84 processo de combustão são resíduos perigosos e que não podem ser compostados ou utilizados na
85 agropecuária, como convencionalmente se observa no estado do RS, da mesma forma que o próprio resíduo
86 em discussão. Sendo que o GT entendeu que esse assunto foi amplamente discutido aqui e que as normas
87 estão bem cassadas. Tiago Pereira/Fiergs-Presidente: começa a apresentar a minuta para aprovação já com o
88 destaque da PROAMB. Manifestaram-se com dúvidas, contribuições e esclarecimentos, os seguintes
89 representantes: Katiane Roxo/Fecomércio, Tiago Pereira/Fiergs-Presidente, Vanessa Rodrigues/Fepam,
90 Marion Heinrich/Famurs, Ten.Hochmuller/SSP. Após a deliberação, o Sr. Presidente em votação a Minuta de
91 Resolução de Coprocessamento em Fornos de Clínquer. **APROVADO POR UNANIMIDADE. Passou-se ao 3º**
92 **item de pauta: Assuntos Gerais:** Katiane Roxo/Fecomercio pergunta como está o andamento da Resolução
93 de Logística Reversa de Embalagens. Tiago Pereira/Fiergs-Presidente: informa que pretende marcar uma
94 reunião o quanto antes na Fecomércio sobre a Res. de Logística Reversa de Embalagens, com o GT
95 responsável e apreciarem as respostas da Consulta Pública. E um outro GT, sobre os Efluentes de ETAs, que

96 o representante da SOP, que era o Coordenador deste GT, e funcionário da CORSAN, se afastou e não faz
97 mais parte da instituição, será conversado com a Josiane Pistorello que passou a ser a representante da
98 instituição na CTP. Informa assumir a responsabilidade de discutir o caso internamente para dar continuidade
99 ao trabalho. Não havendo mais assuntos a serem tratados deu-se por encerrada a reunião às 10h27m.

CONTRIBUIÇÕES À MINUTA DA RESOLUÇÃO DO CONSEMA QUE DISPÕE SOBRE O
LICENCIAMENTO DA ATIVIDADE DE COPROCESSAMENTO DE RESÍDUOS EM FORNOS
ROTATIVOS PARA PRODUÇÃO DE CLÍNQUER

- Art. 1º, parágrafo 1º, inciso III – Sugestão para inserção do texto em destaque

“resíduos de serviços de saúde, ressalvados os medicamentos, resíduos provenientes do processo de produção da indústria farmacêutica, **produtos avariados, vencidos ou obsoletos dos centros de distribuição de produtos farmacêuticos** e os que tenham sido descaracterizados em razão de submissão a tratamento que altere suas propriedades físicas, físico-químicas, químicas ou biológicas.”

Justificativa: Amplia o escopo de forma clara para a blendagem e coprocessamento materiais e produtos não-comercializáveis em centros de distribuição e farmácias que, atualmente, são destinados para aterros ou para fora do estado do RS. Ganho ambiental pela eliminação completa do passivo no processo e favorecimento da logística de destinação.

- Inclusão de novo parágrafo no Art. 1º - Sugestão de novo parágrafo no Art. 1º.

“Os resíduos referenciados neste artigo, aos quais se aplica esta resolução ou há autorização da FEPAM para destinação a unidades de blendagem, podem integrar os sistemas de logística reversa previstos na Lei 12.305 de 2010 quando regulamentados no âmbito federal e estadual.”

Justificativa: A operação de logística reversa, prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), vem se ampliando fortemente nos últimos a partir de diversas regulamentações editadas pelo Governo Federal e acatadas por órgãos ambientais em diferentes estados. Na Lei 12.305 de 2010 (PNRS) o aproveitamento energético é definido como hierarquicamente superior à disposição final de resíduos em aterro sanitário. Nessa mesma linha o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARES), lançado em 2022, expressa a importância ambiental da atividade de coprocessamento, destacando a fabricação de Blend/CDR como uma das tecnologias com maior aproveitamento dos resíduos. É importante a nova resolução fazer menção aos processos de logística reversa dentro do coprocessamento, tendo em vista o Decreto nº 10.936 de 2022 que traz o tratamento dos resíduos (p.e. blendagem/coprocessamento) como melhor alternativa em caso de impossibilidade de reciclagem. O Decreto 11.044 de 2022, que institui o crédito de logística reversa Recicla+, aceita a fabricação de CDR com resíduos sólidos urbanos como comprovação das metas de logística reversa, sendo os documentos emitidos pelas unidades de fabricação do CDR aceitos para emissão do crédito Recicla+. O Decreto 10.388 de 2020, que institui a logística reversa de medicamentos e suas embalagens, reconhece o coprocessamento como destinação final ambientalmente adequada para estes produtos como tecnologia superior ao aterro industrial. Este decreto também exige dos geradores o desempenho e performance na operação, sendo os documentos gerados na operação de blendagem e coprocessamento válidos para relatórios anuais de acompanhamento. Por fim, é sensato instituir, inclusive, metas específicas em valores

percentuais para que as empresas desempenhem a recuperação energética (via coprocessamento) de não-recicláveis.

- Inclusão de novo artigo, logo após o Art. 3º - Sugestão para redação

“Os óleos lubrificantes usados ou contaminados em que seja comprovada a inviabilidade de destinação para reciclagem pelo processo de rerrefino, ou tecnologia semelhante, poderão ser encaminhados para blendagem e coprocessamento, desde que a unidade de recebimento seja licenciada pela FEPAM.

§ 1º As embalagens de óleos lubrificantes poderão ser destinadas para unidades de blendagem, desde que seja observado o processo disposto no caput deste artigo.”

§ 2º Em caso de blendagem e coprocessamento de óleo lubrificante usado ou contaminado e suas embalagens, as quantidades processadas serão contabilizadas nas metas de logística reversa”

Justificativa: Visto que nenhuma restrição consta sobre coprocessamento óleos lubrificantes usados ou contaminado e suas embalagens na resolução do CONAMA 499/2020 entende-se que há margem para implementação desta técnica de destinação ambientalmente adequada destes matérias. O disposto vai em consonância com PLANARES, aprovado pelo Decreto 11.043/2022, que define a fabricação de blend/CDR como técnica que viabiliza elevado aproveitamento dos resíduos. Na lei 12.305 (PNRS) fica estabelecido que os óleos lubrificantes e suas embalagens devem implementar os sistemas de logística reversa. Por fim, no Decreto 10.936/2022, que regulamenta a PNRS (lei 12.305/2010), fica expresso no parágrafo 3º do artigo 73 que outras utilizações de óleos lubrificantes usados ou contaminados, quando comprovada a inviabilidade rerrefino ou técnica similar, podem ser adotadas desde que licenciadas pelo órgão ambiental.

- Contestação dos Art. 2º e 5º da Portaria FEPAM 009/2012 e replicados na Resolução CONSEMA 370/2017

“Art. 2º - Materiais derivados de MDP, MDF e assemelhados, na forma de cavacos, serragem, pó de lixamento, aglomerado, compensado e demais derivados poderão ser utilizados como combustível em processo de geração de calor por combustão externa, em caldeiras e fornos nos quais a temperatura mínima na zona de queima seja superior a 750 oC, desde que não tenham sido tratados com produtos halogenados, anti fungicos, tintas, vernizes, adesivos e revestidos de plásticos, PVC ou quaisquer outros revestimentos, exceto papel melamínico puro; Parágrafo Único – As caldeiras e fornos mencionados no caput deste artigo deverão possuir, necessariamente, em operação, sistema de controle de temperatura na zona de queima, devidamente calibrado e com visor/registrador de dados de fácil acesso;”

Justificativa: As caldeiras devem, além do controle de temperatura, apresentar controle de dosagem e injeção de material, sistema de abatimento de particulados, controle de emissões atmosféricas de CO, NOx, COV e Formaldeído (VOC), que garantam que a operação atende os limites estabelecidos na Diretriz Técnica 01/2018 da FEPAM. Portanto, deve haver licenciamento

específico da atividade de queima em caldeira, tendo em vista que os resíduos de MDP e MDF são classificados com resíduos perigosos. Outrossim, não há menção sobre o tempo residência, turbulência dos gases na câmara de combustão, excesso de oxigênio ou ambiente redutor para controle e atenuação das emissões. Requisitos básicos para eliminação de gases poluentes. Além disso, as cinzas resultantes desse processo de combustão são resíduos perigosos e que não podem ser compostados ou utilizados na agropecuária, como convencionalmente se observa no estado do RS, da mesma forma que o próprio resíduo em discussão.

“Art. 5º - A utilização de MDP e MDF e seus derivados como combustível em casos de coprocessamento em fornos de clínquer no Estado do Rio Grande do Sul dependerá de prévio licenciamento junto à FEPAM;”

Justificativa: Diante deste contexto, o coprocessamento é a técnica mais ambientalmente adequada para eliminação destes resíduos (MDP e MDF). Pois apresenta alta temperatura (2000°C no queimador principal), turbulência e tempo de residência adequados e ambiente cáustico redutor. Sendo as cinzas incorporadas ao clínquer, retornando à cadeia produtiva na forma de matéria-prima. Este processo garante a destruição dos gases, além de apresentar controles online de emissões e do abatimento de particulados. Portanto, essa tecnologia de destinação não carece de licenciamento ambiental específico para receber os resíduos de MDP e MDF, tendo em vista que os fornos de clínquerização que já são licenciados para destruição de resíduos perigosos (Blend – Classe I). Ainda, a mesma problemática ocorre com as madeiras tratadas e os resíduos de construção civil, compostos por madeiras e derivados, que apresentam contaminação com resinas, plásticos e tintas, que atualmente são destinados a empresas que os incorporam ao processamento de biomassa (pinus/eucalipto), sendo queimados em caldeiras sem nenhum controle ou rastreabilidade do órgão ambiental. Como destino adequado, recomenda-se, portanto, que o destino desses resíduos seja o envio para unidades de blendagem e coprocessamento.

A Fundação PROAMB, ciente de seu papel transformador na sociedade gaúcha e brasileira e de sua relevância no setor ambiental e de coprocessamento, solicita cordialmente que sejam acatadas suas sugestões e permanece aberta a aprofundamentos e questionamentos de possam surgir de suas colocações.



CONSULTA PÚBLICA CONSEMA

Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura <faleconosco@sema.rs.gov.br>

Sáb, 12/11/2022 19:54

Para: Conselho Estadual Do Meio Ambiente <consema@sema.rs.gov.br>

Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura

CONSULTA PÚBLICA CONSEMA

Nome Completo	Diego Pereira Tarragó
Instituição	Fundação PROAMB
E-mail	diego.tarrago@proamb.com.br
Telefone	(51) 993277676
Comentário	<p>CONTRIBUIÇÕES À MINUTA DA RESOLUÇÃO DO CONSEMA QUE DISPÕE SOBRE O LICENCIAMENTO DA ATIVIDADE DE COPROCESSAMENTO DE RESÍDUOS EM FORNOS ROTATIVOS PARA PRODUÇÃO DE CLÍNQUER - Art. 1º, parágrafo 1º, inciso III – Sugestão para inserção do texto em destaque “resíduos de serviços de saúde, ressaltados os medicamentos, resíduos provenientes do processo de produção da indústria farmacêutica, produtos avariados, vencidos ou obsoletos dos centros de distribuição de produtos farmacêuticos e os que tenham sido descaracterizados em razão de submissão a tratamento que altere suas propriedades físicas, físico-químicas, químicas ou biológicas.” Justificativa: Amp lia o escopo de forma clara para a blendagem e coprocessamento materiais e produtos não-comercializáveis em centros de distribuição e farmácias que, atualmente, são destinados para aterros ou para fora do estado do RS. Ganho ambiental pela eliminação completa do passivo no processo e favorecimento da logística de destinação. - Inclusão de novo parágrafo no Art. 1º - Sugestão de novo parágrafo no Art. 1º. “Os resíduos referenciados neste artigo, aos quais se aplica esta resolução ou há autorização da FEPAM para destinação a unidades de blendagem, podem integrar os sistemas de logística reversa previstos na Lei 12.305 de 2010 quando regulamentados no âmbito federal e estadual.” Justificativa: A operação de logística reversa, prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), vem se ampliando fortemente</p>

nos últimos a partir de diversas regulamentações editadas pelo Governo Federal e acatadas por órgãos ambientais em diferentes estados. Na Lei 12.305 de 2010 (PNRS) o aproveitamento energético é definido como hierarquicamente superior à disposição final de resíduos em aterro sanitário. Nessa mesma linha o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARES), lançado em 2022, expressa a importância ambiental da atividade de coprocessamento, destacando a fabricação de Blend/CDR como uma das tecnologias com maior aproveitamento dos resíduos. É importante a nova resolução fazer menção aos processos de logística reversa dentro do coprocessamento, tendo em vista o Decreto nº 10.936 de 2022 que traz o tratamento dos resíduos (p.e. blendagem/coprocessamento) como melhor alternativa em caso de impossibilidade de reciclagem. O Decreto 11.044 de 2022, que institui o crédito de logística reversa Recicla+, aceita a fabricação de CDR com resíduos sólidos urbanos como comprovação das metas de logística reversa, sendo os documentos emitidos pelas unidades de fabricação do CDR aceitos para emissão do crédito Recicla+. O Decreto 10.388 de 2020, que institui a logística reversa de medicamentos e suas embalagens, reconhece o coprocessamento como destinação final ambientalmente adequada para estes produtos como tecnologia superior ao aterro industrial. Este decreto também exige dos geradores o desempenho e performance na operação, sendo os documentos gerados na operação de blendagem e coprocessamento válidos para relatórios anuais de acompanhamento. Por fim, é sensato instituir, inclusive, metas específicas em valores percentuais para que as empresas desempenhem a recuperação energética (via coprocessamento) de não-recicláveis. - Inclusão de novo artigo, logo após o Art. 3º - Sugestão para redação “Os óleos lubrificantes usados ou contaminados em que seja comprovada a inviabilidade de destinação para reciclagem pelo processo de rerrefino, ou tecnologia semelhante, poderão ser encaminhados para blendagem e coprocessamento, desde que a unidade de recebimento seja licenciada pela FEPAM. § 1º As embalagens de óleos lubrificantes poderão ser destinadas para unidades de blendagem, desde que seja observado o processo disposto no caput deste artigo.” § 2º Em caso de blendagem e coprocessamento de óleo lubrificante usado ou contaminado e suas embalagens, as quantidades processadas serão contabilizadas nas metas de logística reversa” Justificativa: Visto que nenhuma restrição consta sobre coprocessamento óleos lubrificantes usados ou contaminado e suas embalagens na resolução do CONAMA 499/2020 entende-se que há margem para implementação desta técnica de destinação ambientalmente adequada destes matérias. O disposto vai em consonância com PLANARES, aprovado pelo Decreto 11.043/2022, que define a fabricação de blend/CDR como técnica que viabiliza elevado aproveitamento dos resíduos. Na lei 12.305 (PNRS) fica

estabelecido que os óleos lubrificantes e suas embalagens devem implementar os sistemas de logística reversa. Por fim, no Decreto 10.936/2022, que regulamenta a PNRS (Lei 12.305/2010), fica expresso no parágrafo 3º do artigo 73 que outras utilizações de óleos lubrificantes usados ou contaminados, quando comprovada a inviabilidade de rerrefino ou técnica similar, podem ser adotadas desde que licenciadas pelo órgão ambiental. - Contestação dos Art. 2º e 5º da Portaria FEPAM 009/2012 e replicados na Resolução CONSEMA 370/2017 "Art. 2º - Materiais derivados de MDP, MDF e assemelhados, na forma de cavacos, serragem, pó de lixamento, aglomerado, compensado e demais derivados poderão ser utilizados como combustível em processo de geração de calor por combustão externa, em caldeiras e fornos nos quais a temperatura mínima na zona de queima seja superior a 750 oC, desde que não tenham sido tratados com produtos halogenados, anti fungicos, tintas, vernizes, adesivos e revestidos de plásticos, PVC ou quaisquer outros revestimentos, exceto papel melamínico puro; Parágrafo Único – As caldeiras e fornos mencionados no caput deste artigo deverão possuir, necessariamente, em operação, sistema de controle de temperatura na zona de queima, devidamente calibrado e com visor/registrator de dados de fácil acesso;" Justificativa: As caldeiras devem, além do controle de temperatura, apresentar controle de dosagem e injeção de material, sistema de abatimento de particulados, controle de emissões atmosféricas de CO, NOx, COV e Formaldeído (VOC), que garantam que a operação atende os limites estabelecidos na Diretriz Técnica 01/2018 da FEPAM. Portanto, deve haver licenciamento específico da atividade de queima em caldeira, tendo em vista que os resíduos de MDP e MDF são classificados como resíduos perigosos. Outrossim, não há menção sobre o tempo de residência, turbulência dos gases na câmara de combustão, excesso de oxigênio ou ambiente redutor para controle e atenuação das emissões. Requisitos básicos para eliminação de gases poluentes. Além disso, as cinzas resultantes desse processo de combustão são resíduos perigosos e que não podem ser compostados ou utilizados na agropecuária, como convencionalmente se observa no estado do RS, da mesma forma que o próprio resíduo em discussão. "Art. 5º - A utilização de MDP e MDF e seus derivados como combustível em casos de coprocessamento em fornos de clínquer no Estado do Rio Grande do Sul dependerá de prévio licenciamento junto à FEPAM;" Justificativa: Diante deste contexto, o coprocessamento é a técnica mais ambientalmente adequada para eliminação destes resíduos (MDP e MDF). Pois apresenta alta temperatura (2000°C no queimador principal), turbulência e tempo de residência adequados e ambiente cáustico redutor. Sendo as cinzas incorporadas ao clínquer, retornando à cadeia produtiva na forma de matéria-prima. Este processo garante a destruição dos gases, além de apresentar

controles online de emissões e do abatimento de particulados. Portanto, essa tecnologia de destinação não carece de licenciamento ambiental específico para receber os resíduos de MDP e MDF, tendo em vista que os fornos de clínquerização que já são licenciados para destruição de resíduos perigosos (Blend – Classe I). Ainda, a mesma problemática ocorre com as madeiras tratadas e os resíduos de construção civil, compostos por madeiras e derivados, que apresentam contaminação com resinas, plásticos e tintas, que atualmente são destinados a empresas que os incorporam ao processamento de biomassa (pinus/eucalipto), sendo queimados em caldeiras sem nenhum controle ou rastreabilidade do órgão ambiental. Como destino adequado, recomenda-se, portanto, que o destino desses resíduos seja o envio para unidades de blendagem e coprocessamento. A Fundação PROAMB, ciente de seu papel transformador na sociedade gaúcha e brasileira e de sua relevância no setor ambiental e de coprocessamento, solicita cordialmente que sejam acatadas suas sugestões e permanece aberta a aprofundamentos e questionamentos de possam surgir de suas colocações.

CONSULTA PÚBLICA CONSEMA

Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura <faleconosco@sema.rs.gov.br>

Sáb, 12/11/2022 19:52

Para: Conselho Estadual Do Meio Ambiente <consema@sema.rs.gov.br>

Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura

CONSULTA PÚBLICA CONSEMA

Nome Completo Diego Pereira Tarragó

Instituição Fundação PROAMB

E-mail diego.tarrago@proamb.com.br

Telefone (51) 993277676

Comentário Prezados, segue em anexo documento com as contribuições da Fundação PROAMB à consulta pública com vistas à edição de resolução do CONSEMA sobre a atividade de coprocessamento.

Anexos

- [12195159-contribuicao-proamb-consema-coprocessamento.pdf](#)

CONSULTA PÚBLICA CONSEMA

Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura <faleconosco@sema.rs.gov.br>

Sex, 04/11/2022 11:17

Para: Conselho Estadual Do Meio Ambiente <consema@sema.rs.gov.br>

Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura

CONSULTA PÚBLICA CONSEMA

Nome Completo NELSON GABRIEL DOMINGUES

Instituição TOW Economia Circular

E-mail nelson@tow.eco.br

Telefone (11) 954586441

Comentário Olá, gostaria de saber se já há processos em licenciamento na Fepam. Há projetos que fazem a recuperação de resíduos para retornar à cadeia de reciclagem e ainda estão travados por falta de ação do órgão ambiental

CONSULTA PÚBLICA CONSEMA

Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura <faleconosco@sema.rs.gov.br>

Seg, 07/11/2022 16:06

Para: Conselho Estadual Do Meio Ambiente <consema@sema.rs.gov.br>

Sema - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura

CONSULTA PÚBLICA CONSEMA

Nome Completo	Valdir Rambo
Instituição	secretario da agricultura e meio ambiente
E-mail	agricultura@alecrim.rs.gov.br
Telefone	(55) 35461300
Comentário	uma atividade de grande importância para proteger a natureza dos resíduos produzidos

MINUTA DE RESOLUÇÃO CONSEMA

Dispõe sobre o licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer

O CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 6º da Lei nº 10.330, de 27 de dezembro de 1994;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelece que a recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos é uma das formas de destinação final ambientalmente adequadas, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e conte com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental;

CONSIDERANDO a publicação da Resolução CONAMA nº 499/2020, que estabeleceu novas regras para o licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer, revogando a Resolução CONAMA nº 264/1999;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização das regras que regulam o licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer no Estado do Rio Grande do Sul, em especial, da Resolução CONSEMA nº 02/2000;

RESOLVE:

Capítulo I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Esta Resolução aplica-se ao licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer.

§ 1º Esta Resolução não se aplica a:

I - aos agrotóxicos e suas embalagens, podendo a FEPAM, em casos específicos, autorizar o coprocessamento destes em fornos rotativos de produção de clínquer;

II- resíduos radioativos e explosivos; e

III- resíduos de serviços de saúde, ressalvados os medicamentos, resíduos provenientes do processo de produção da indústria farmacêutica e os que tenham sido descaracterizados em razão de submissão a tratamento que altere suas propriedades físicas, físico-químicas, químicas ou biológicas.

§ 2º Os resíduos sólidos urbanos, os resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços e os resíduos dos serviços públicos de saneamento básico

podem ser destinados para coprocessamento, desde que sejam previamente submetidos à triagem, classificação e tratamento.

Art. 2º Ficam estabelecidos os limites de concentração de poluentes orgânicos persistentes na composição dos resíduos permitidos para fins de coprocessamento, conforme ANEXO I.

Parágrafo único. A FEPAM poderá autorizar o coprocessamento de resíduos com concentrações de poluentes orgânicos persistentes superiores aos valores estabelecidos no ANEXO I desde que haja ganho ambiental, conforme disposto no § 4º do art. 11 desta Resolução.

Art. 3º A FEPAM poderá autorizar o coprocessamento de materiais e resíduos provenientes de passivo ambiental, como forma de destinação final ambientalmente adequada.

Art. 4º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I- Blend: combustível alternativo preparado a partir de resíduos sólidos Classe I - Perigosos, podendo conter resíduos Classe II - Não Perigosos, enquadrados de acordo com a Norma Técnica ABNT NBR 10004:2004 Resíduos Sólidos Classificação, ou outra que venha a substituí-la, conforme os requisitos estabelecidos nesta Resolução para utilização em coprocessamento em fornos de clínquer.

II - Clínquer: componente básico do cimento, constituído principalmente de silicato tricálcico, silicato dicálcico, aluminato tricálcico e ferroaluminato tetracálcico.

III - Combustível alternativo: combustível produzido a partir de resíduos de diversas origens, com a finalidade de substituição de combustíveis fósseis.

IV- Combustíveis Derivados de Resíduos - CDR: resíduos sólidos urbanos, com ou sem incorporação de outros resíduos sólidos, resíduos agrossilvipastoris ou resíduos classe II – Não perigosos elegíveis, utilizados em processos de recuperação energética de maneira controlada.

V - Coprocessamento de resíduos em fornos de produção de clínquer: destinação final ambientalmente adequada que envolve o processamento de resíduos sólidos como substituto parcial de matéria-prima e/ou de combustível no sistema forno de produção de clínquer, na fabricação de cimento.

VI- Equipamento de Controle de Poluição - ECP: equipamentos destinados a controlar as emissões atmosféricas resultantes das operações industriais.

VII - Estudo de Viabilidade de Queima - EVQ: estudo teórico que visa avaliar a compatibilidade do resíduo a ser coprocessado com as características operacionais do processo e os impactos ambientais decorrentes desta prática.

VIII- Farinha: produto intermediário para a produção de clínquer, composto basicamente de carbonato de cálcio, sílica, alumina e óxido de ferro, obtidos a partir de matérias-primas, tais como calcário, argila e outras.

IX - Forno rotativo de produção de clínquer: cilindro rotativo, inclinado e revestido internamente de material refratário, com chama interna, utilizado para converter

basicamente compostos de cálcio, sílica, alumínio e ferro, proporcionalmente misturados, em um produto final denominado clínquer.

X - Monitoramento ambiental: avaliação das emissões provenientes dos fornos de produção de clínquer que coprocessam resíduos, bem como da qualidade ambiental na área de influência do empreendimento.

XI - Plano do Teste de Queima - PTQ: plano que contempla dados, cálculos e procedimentos relacionados com as operações de coprocessamento propostas para o resíduo.

XII - Pré-aquecedor: região do sistema forno constituída por um conjunto de ciclones, onde a farinha é alimentada, sendo pré-aquecida e parcialmente calcinada pelo fluxo de gases quentes provenientes do forno rotativo, em contracorrente.

XIII - Pré-calcinador: dispositivo secundário de queima onde ocorre uma pré-calcinação da matéria-prima.

XIV - Principais Compostos Orgânicos Perigosos - PCOPs: substâncias orgânicas perigosas de difícil destruição térmica.

XV- Resíduos equivalentes: resíduos cuja carga poluidora seja menor ou igual ao originalmente licenciado.

XVI - Resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

XVII - Resíduos sólidos urbanos: resíduos domiciliares originários de atividades domésticas em residências urbanas e resíduos de limpeza urbana oriundos de varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana.

XVIII - Resíduos explosivos: resíduos compostos por substâncias que por ação de causa externa como calor, choque, carga elétrica, entre outros, são capazes de gerar reação química caracterizada pela liberação em breve espaço de tempo e de forma violenta, de calor, gás e energia mecânica por explosão.

XIX - Resíduos radioativos: resíduos compostos de elementos químicos radioativos gerados em processo de produção de energia nuclear, podendo ainda ser oriundos de outros usos como tratamento e diagnósticos radiológicos e pesquisa científica.

XX - Resíduos de serviços de saúde: resíduos resultantes de atividades relacionadas com o atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento como tanatopraxia e somatoconservação; serviços de medicina legal; drogarias e farmácias, inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos; importadores e distribuidores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de

atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de piercing e tatuagem, dentre outros afins.

XXI- Ristema forno: sistema composto por um conjunto de equipamentos envolvendo as etapas de aquecimento, calcinação e produção final de clínquer, constituído basicamente de forno rotativo, pré-aquecedor ou pré-calcinador e resfriador.

XXII- Teste de Queima: conjunto de medições realizadas na unidade operando com a alimentação de resíduos, para avaliar a compatibilidade das condições operacionais da instalação de produção de clínquer com o atendimento aos limites de emissão definidos na presente Resolução e com as exigências técnicas fixadas pelo órgão ambiental.

XXIII- Teste em Branco: conjunto de medições realizadas no forno em funcionamento normal, operando sem a alimentação de resíduos, para avaliação das condições operacionais da unidade de produção de clínquer e do atendimento às exigências técnicas fixadas pelo órgão ambiental.

XXIV- Unidade de Preparo de Resíduos Sólidos (UPR): planta de mistura e acondicionamento de resíduos sólidos, através de operações específicas (processamento, trituração, tratamento, segregação, homogeneização entre outras) que tem por finalidade o preparo de lotes de resíduos com determinadas características para o aproveitamento energético e como substitutos de matérias primas.

XXV - Zona de combustão primária: região do forno rotativo onde ocorre a queima do combustível de forma a proporcionar a temperatura do material em clinquerização na ordem de 1400°C-1500°C.

XXVI - Zona de combustão secundária: região do sistema forno onde ocorre a queima do combustível, na faixa de temperatura da ordem de 850°C a 1200°C, objetivando a pré-calcinação.

XXVII - Zona de queima: local do forno onde ocorrem as reações de clinquerização.

Art. 5º Estão excluídos dos critérios de licenciamento desta resolução os materiais listados no ANEXO II.

Art. 6º O coprocessamento de resíduos deverá atender aos critérios técnicos fixados nesta Resolução, complementados, sempre que necessário, pela FEPAM, de modo a atender as peculiaridades regionais e locais.

Art. 7º O coprocessamento de resíduos em fornos de produção de clínquer deverá ser feito de modo a garantir a manutenção da qualidade ambiental, evitar danos e riscos à saúde.

Art. 8º O produto final, cimento, resultante da utilização de resíduos no coprocessamento em fornos de clínquer não deverá agregar substâncias ou elementos em quantidades tais que possam afetar a saúde humana e o meio ambiente.

Art. 9. Os clínqueres e cimentos importados deverão obedecer ao disposto no art. 9º desta Resolução.

Capítulo II

Dos Procedimentos

Seção I

Dos Critérios Básicos para a Utilização de Resíduos

Art. 10. São permitidos, para fins de coprocessamento em fornos de produção de clínquer, resíduos ou misturas de resíduos passíveis de serem utilizados como substituto de matéria-prima e/ou de combustível, desde que as condições do processo assegurem o atendimento às exigências técnicas e aos parâmetros fixados na presente Resolução, comprovados a partir dos resultados práticos do Plano do Teste de Queima proposto.

§ 1º Os resíduos podem ser utilizados como substitutos de matéria-prima desde que apresentem características similares às dos componentes normalmente empregados na produção de clínquer, incluindo neste caso os materiais mineralizadores e/ou fundentes.

§ 2º Os resíduos podem ser utilizados como substitutos de combustível, para fins de coprocessamento, desde que o ganho de energia seja comprovado.

§3º Os resíduos não tratados no caput deste artigo devem, preferencialmente, ser reutilizados ou reciclados e, na impossibilidade, poderão ser coprocessados, desde que promovam ganhos ambientais e sejam autorizados pela FEPAM.

§ 4º Considera-se que há ganhos ambientais quando ocorrem eventos tais como:

I - a redução de emissão de substâncias poluentes, gases de efeito estufa, entre outros;

II - a eliminação ou a redução da necessidade de disposição final de resíduos;

III - a despoluição de áreas ou cursos hídricos;

IV - do coprocessamento se apresentar como uma tecnologia ambientalmente mais adequada e segura para a destinação final do resíduo; dentre outros.

§ 5º Na Licença de Operação para o coprocessamento de resíduos em fornos de produção de clínquer poderá ser inserido item permitindo a destruição de entorpecentes e materiais apreendidos pelos órgãos de segurança pública.

§6º Após a destruição dos entorpecentes dos materiais referidos no §5º deste artigo, o empreendedor deverá apresentar à FEPAM informações e relatórios sobre o material coprocessado.

Seção II

Do Licenciamento Ambiental

Art. 11. As Licenças Prévia, de Instalação e de Operação para o coprocessamento de resíduos em fornos de produção de clínquer serão requeridas previamente à FEPAM, obedecendo aos critérios e procedimentos fixados na legislação vigente.

§ 1º Para as fontes novas, poderão ser emitidas Licenças Prévia, de Instalação e de Operação que englobem conjuntamente as atividades de produção de cimento e o coprocessamento de resíduos nos fornos de produção de clínquer.

§ 2º Para as fontes existentes, já licenciadas para a produção de cimento, o licenciamento ambiental específico para o coprocessamento somente será concedido quando a unidade industrial, onde se localizar o forno de clínquer, tiver executado todas as medidas de controle previstas em sua Licença de Operação.

§ 3º O licenciamento de que trata o caput deste artigo, refere-se à capacidade de destruição térmica do sistema do forno de clínquer.

Art. 12. Para a inclusão de resíduos à Licença de Operação, fica dispensada a apresentação do Estudo de Viabilidade de Queima (EVQ), Plano de Teste em Branco (PTB), Relatório de Teste em Branco (RTB), Plano de Teste de Queima (PTQ) e Relatório de Teste de Queima (RTQ), desde que devidamente comprovado que se trata de resíduos equivalentes aos licenciados.

Art. 13. O processo de licenciamento será tecnicamente fundamentado, no mínimo, com base nos estudos a seguir relacionados, que serão apresentados, pelo interessado:

I - Estudo de Viabilidade de Queima - EVQ: Licença Prévia (LP).

II - Estudo de Análise de Risco – Licença Prévia (LP).

III - Plano de Teste em Branco: Licença de Instalação (LI).

IV - Relatório de Teste em Branco: Licença de Instalação (LI).

V - Plano de Teste de Queima - PTQ: Licença de Operação (LO).

VI - Relatório de Teste de Queima: Licença de Operação (LO).

Seção III

Do Estudo de Viabilidade de Queima - EVQ

Art. 14. O EVQ será apresentado à FEPAM devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - dados referentes à fábrica de cimento como nome, endereço, situação com relação ao licenciamento ambiental;

II - objetivo da utilização do(s) resíduo(s);

III - dados do(s) resíduo(s):

a) descrição sucinta do processo gerador do resíduo e fluxograma simplificado com a indicação do ponto de geração do mesmo;

b) caracterização quantitativa dos resíduos contendo:

1. estado físico do(s) resíduo(s);

2. quantidade gerada e estocada;

3. poder calorífico inferior;

4. viscosidade, no caso de líquidos;

5. composição provável do(s) resíduo(s);

6. teor de metais pesados, cloro total, cloretos e enxofre;

7. teor de cinzas e umidade;

8. descrição do sistema de armazenamento de resíduo(s).

IV - descrição do processo/equipamentos, incluindo:

a) descrição do processo de produção inerente ao forno e fluxograma do processo produtivo com indicação dos pontos de alimentação de matéria-prima e combustível, bem como perfil de temperaturas;

b) características e especificações dos equipamentos utilizados na produção de clínquer;

c) layout dos equipamentos;

d) descrição do sistema proposto de alimentação de resíduos;

e) forno selecionado para a queima de resíduos;

f) tempo de residência para gases e sólidos, com memória de cálculo;

g) características e especificações dos equipamentos que serão modificados ou adicionados em relação aos inicialmente existentes; e

h) desenho esquemático incluindo modificações, com indicação dos pontos de amostragem e parâmetros a serem monitorados.

V - em relação à matéria-prima:

a) relação das matérias-primas empregadas na produção do clínquer e suas características físico-químicas;

b) descrição dos sistemas de alimentação e homogeneização da matéria-prima;

c) taxa de alimentação (t/h); e

d) descrição do processo de realimentação e destinação do material particulado retido nos equipamentos de controle da poluição atmosférica.

VI - em relação ao combustível:

a) caracterização dos combustíveis como tipo, poder calorífico inferior e teor de enxofre, e consumo (t/h); e

b) descrição dos sistemas de alimentação de combustíveis, bem como indicação da proporção dos combustíveis nos queimadores primário e secundário.

VII - em relação aos equipamentos de controle de poluição - ECP:

a) descrição dos ECPs para emissões atmosféricas;

b) descrição do sistema de monitoramento das emissões atmosféricas; e

c) descrição dos procedimentos de amostragem e monitoramento, incluindo frequência e listagem de todos os parâmetros monitorados.

VIII - outras informações que forem consideradas necessárias.

Seção IV

Estudo de Análise de Risco

Art. 15. O Estudo de Análise de Risco integrará o processo de licenciamento ambiental, quando do requerimento da Licença Prévia, e será realizado pelo empreendedor de acordo com os procedimentos e normas estabelecidas pela FEPAM.

Parágrafo único. Estudo de dispersão atmosférica integrará o Estudo de Análise de Risco, contemplando avaliação dos riscos decorrentes tanto de emissões acidentais como de emissões não acidentais.

Seção V

Do Teste em Branco

Art. 16. Após a aprovação do Estudo de Viabilidade de Queima - EVQ, a FEPAM analisará o Plano de Teste em Branco e aprovará a realização do Teste em Branco visando avaliar o desempenho ambiental da fábrica de cimento sem o coprocessamento de resíduos.

Art. 17. Previamente à realização do Teste em Branco, o empreendedor interessado apresentará para aprovação da FEPAM, o Plano de Teste em Branco, contemplando os requisitos mínimos para execução do teste, abrangendo os seguintes itens:

I - período previsto para a realização do Teste em Branco, facultando o acompanhamento por parte dos técnicos da FEPAM;

II - descrição e eficiência dos equipamentos de controle de poluição atmosférica;

III - descrição do plano de automonitoramento do processo, contemplando:

a) a localização dos pontos de amostragem;

b) parâmetros amostrados nestes pontos; e

c) a periodicidade das amostragens, dentre outros;

IV - metodologias de coleta de amostra de poluentes atmosféricos e de análise a serem empregadas, com os respectivos limites de detecção, devendo as coletas ser feitas em triplicata e o tempo mínimo de coleta para material particulado ser de duas horas;

V - capacidade de operação da unidade durante o teste: a planta deve operar na capacidade prevista para o coprocessamento, a qual deve ser mantida enquanto durar o Teste em Branco e, posteriormente, os de queima do resíduo, com uma variação aceitável de até dez por cento;

VI - parâmetros operacionais que serão monitorados no processo: inclui taxas de alimentação de combustível, de matérias-primas e de material particulado recirculado, equipamentos de controle operacional, com os respectivos limites de detecção de emissões de hidrocarbonetos totais (THC) e concentração de oxigênio (O₂) monitores contínuos de pressão e temperatura do sistema forno e temperatura na entrada dos equipamentos de controle de poluição atmosférica.

Art. 18. Após a realização do Teste em Branco, o empreendedor apresentará à FEPAM o relatório conclusivo do teste, contemplando a verificação dos itens previstos no Plano de Teste em Branco.

Parágrafo único. A aprovação do Teste em Branco significa que a instalação atende às exigências da FEPAM, estando apta a apresentar um Plano de Teste de Queima - PTQ, não estando o empreendimento autorizado ainda a queimar resíduos e nem mesmo a submeter-se a Testes de Queima.

Art. 19. Caso a instalação não atenda às exigências previstas no Teste em Branco, fica proibido o prosseguimento do licenciamento até que seja realizado e aprovado um novo teste, após a realização de adequações pelo empreendedor.

Seção VI

Do Plano do Teste de Queima - PTQ

Art. 20. Devem constar no conteúdo do Plano:

I - o objetivo do teste;

II - fluxogramas do processo produtivo, com indicação dos pontos de alimentação, descrição e capacidade dos sistemas de alimentação de matéria-prima, combustível e resíduo, bem como o perfil de temperaturas do sistema;

III - descrição dos equipamentos do sistema forno:

a) nomes dos fabricantes;

b) tipos e descrição dos componentes do sistema; e

c) capacidade máxima de projeto e capacidade nominal.

IV - descrição de cada corrente de alimentação:

a) matérias-primas:

1. relação das matérias-primas;

2. características físico-químicas;

3. composições básicas, constando teores de matéria orgânica e cinzas; e

4. taxas de alimentação.

b) resíduo:

1. origem, quantidade gerada e estocada;

2. poder calorífico inferior, composição provável, composição elementar e identificação e quantificação das substâncias eventualmente presentes, avaliadas com base no processo gerador do resíduo;

3. taxa de alimentação pretendida;

4. teores de metais;

5. teores de cloreto;

6. teores de fluoretos, enxofre, cinzas e umidade;

7. descrição dos procedimentos de mistura de resíduos anteriores à queima.

c) combustíveis:

1. tipo;
2. Poder Calorífico Inferior - PCI;
3. teores de enxofre, cinzas e umidade; e
4. consumo (massa/tempo).

V - condições operacionais propostas para o Teste de Queima, incluindo tempo de residência para gases e sólidos, com memórias de cálculo;

VI - descrição do sistema de controle de emissões atmosféricas, de seus equipamentos e de suas condições operacionais;

VII - descrição da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados no sistema de controle de emissões atmosféricas. E:

a) no caso de existirem etapas de tratamento deste sistema que gerem efluentes líquidos, descrever seus equipamentos e operações, seus parâmetros e condições operacionais e sua proposta de monitoramento para sistemas de tratamento destes efluentes;

b) o mesmo se aplica para os efluentes líquidos gerados em operações de limpeza de pisos e equipamentos, bem como as águas pluviais contaminadas;

VIII - descrição e desenhos esquemáticos de localização de todos os pontos de medição e coleta de amostras para monitoramento da unidade e dos sistemas de controle de emissões e descrição dos sistemas de gerenciamento destes dados;

IX - lista de parâmetros a serem monitorados na operação do sistema forno, em todas as etapas do coprocessamento, relacionando equipamentos utilizados no monitoramento;

X - lista de parâmetros a serem monitorados em todas as etapas do processo, incluindo, entre outros, metodologias e equipamentos de coleta e análises, seus limites de detecção, frequências de coletas de dados de amostragem e de medições para: combustíveis, matérias-primas, resíduos e correntes de reciclo e de descarte de material particulado, resíduos sólidos gerados, emissões atmosféricas e efluentes líquidos;

XI - descrição do sistema de intertravamento, das condições em que ocorrem a interrupção e a retomada da alimentação dos resíduos;

XII - cronograma do teste de queima;

XIII - identificação dos técnicos envolvidos no teste, incluindo responsabilidades e qualificações, sendo que todos os documentos apresentados deverão ser devidamente assinados por profissional habilitado, indicando o número do registro no Conselho de Classe Profissional.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso V, para o caso da alimentação de resíduos em ponto que não seja a extremidade de temperatura mais elevada do forno rotativo, deverá ser demonstrado que haverá condições adequadas e suficientes de tempo de residência, temperatura e concentração de O_2 , no percurso dos gases, a partir do ponto de alimentação do resíduo.

Art. 21. Após a aprovação do PTQ o interessado fixará a data para o Teste de Queima, em comum acordo com a FEPAM, que, a seu critério, poderá acompanhar as operações do teste.

Art. 22. Os resíduos não poderão ter sua composição e suas concentrações de contaminantes superiores aos valores apresentados no plano.

Art. 23. Poderá ser prevista a realização de um "pré-teste de queima", que deverá ser aprovado pela FEPAM, a fim de que sejam feitos os ajustes necessários referentes às condições de alimentação dos resíduos a serem testados.

Art. 24. Para a alimentação de resíduos em regime de batelada (em latões, bombonas, pacotes, ou sem cominuição prévia de quantidades maiores - como, possivelmente, no caso de pneus), o volume de cada batelada e a frequência de suas alimentações deverão ser estabelecidos de modo a garantir que a rápida volatilização dos compostos introduzidos no sistema não promova reduções das concentrações de O₂ abaixo das quais seja comprometida a eficiência do processo de destruição térmica destes compostos.

Art. 25. O empreendedor deverá apresentar à FEPAM estimativa dos níveis de emissão resultantes da adoção da taxa de alimentação pretendida, com base no balanço de massa, contemplando os dados de entrada de matéria-prima, combustível e resíduos, e de saída de clínquer, gases da exaustão, material particulado retido no ECP e particulado nos gases emitidos para atmosfera.

Art. 26. Ao término do período solicitado para o pré-teste, a FEPAM deverá ser comunicada quanto a eventuais alterações no Plano de Teste de Queima.

Seção VII

Do Teste de Queima

Art. 27. No início do Teste de Queima deverá ser testado o sistema de intertravamento para interromper automaticamente a alimentação de resíduos.

Art. 28. Durante o Teste de Queima, a instalação deverá operar nas mesmas condições operacionais verificadas durante o Teste em Branco, conforme o inciso V do art. 17.

Art. 29. Deverão ser amostrados no efluente gasoso os mesmos poluentes avaliados no Teste em Branco.

Art. 30. As coletas deverão ser realizadas em triplicadas e as emissões atmosféricas devem estar de acordo com os limites máximos de emissão estabelecidos no ANEXO III.

Art. 31. São condições prévias para o Teste de Queima:

I - ter o Plano de Teste de Queima aprovado pela FEPAM;

II - o Teste de Queima não deverá apresentar risco significativo de qualquer natureza à saúde pública e ao meio ambiente;

III - ter instalados, calibrados e em condição de funcionamento, pelo menos, os seguintes monitores contínuos e seus registradores: O₂, temperatura e pressão do sistema forno, taxa de alimentação de resíduos e parâmetros operacionais dos ECPs;

IV - ter instalado e em condição de funcionamento um sistema de intertravamento, definido em plano de segurança, para interromper automaticamente a alimentação de resíduos, nos seguintes casos:

- a) emissão dos poluentes monitorados continuamente, acima dos limites previstos nesta Resolução, por tempo superior a 300 (trezentos) segundos, quando não respeitado o limite dentro média horária;
- b) queda da temperatura normal de operação;
- c) falta de energia elétrica ou queda brusca de tensão;
- d) queda do teor de O₂ no sistema;
- e) mau funcionamento dos monitores e registradores de temperatura, O₂ ou THC;
- f) interrupção do funcionamento do ECP; e
- g) no caso do uso de precipitadores eletrostáticos como ECP, além da observância das alíneas acima, deverá ser realizado o intertravamento quando o parâmetro operacional CO ultrapassar o limite de concentração recomendado pelo fabricante do ECP, considerando o histórico de operação do empreendimento.

V - ter instalado e em funcionamento um sistema de alimentação de resíduos, em condições de segurança e operacionalidade.

Seção VIII

Dos Limites de Emissão

Art. 32. Os limites máximos de emissão, em base seca, para a atividade de coprocessamento de resíduos em fornos de clínquer são fixados no ANEXO III.

Art. 33. Os limites de emissão dos poluentes poderão ser mais restritivos, a critério da FEPAM, em função dos seguintes fatores:

I - capacidade de dispersão atmosférica dos poluentes, considerando as variações climáticas e de relevo locais; ou

II - a intensidade de ocupação industrial e a qualidade de ar da região.

Art. 34. A FEPAM poderá, mediante decisão fundamentada e considerando as condições locais da área de influência da fonte poluidora, determinar limites de emissão mais restritivos que os estabelecidos nesta Resolução, a seu critério, se o gerenciamento da qualidade do ar assim o exigir.

Seção IX

Da Seleção dos Principais Compostos Orgânicos Perigosos – PCOPs na etapa do teste de queima

Art. 35. A seleção dos PCOPs deverá ser baseada no grau de dificuldade de destruição de constituintes orgânicos do resíduo, sua toxicidade e concentração no resíduo.

Art. 36. A Eficiência de Destruição e Remoção-EDR dos PCOPs, deverá ser de no mínimo 99,99%.

Parágrafo único. Em caso de alimentação de PCB, a EDR deverá ser de no mínimo 99,999%.

Art. 37. Para confirmação da EDR, a taxa de alimentação de um ou mais PCOPs selecionados deverá ser compatível com os limites de quantificação dos métodos de amostragem e análises das emissões atmosféricas.

Art. 38. A FEPAM poderá definir o critério para atendimento do limite de emissão do THC na hipótese em que as características da matéria-prima exercerem influência sobre o valor total de emissão.

Seção X

Do Monitoramento Ambiental

Art. 39. Os relatórios de automonitoramento serão encaminhados à FEPAM de acordo com a frequência solicitada.

Art. 40. A taxa de alimentação do resíduo, deve ser controlada através de avaliação sistemática do monitoramento das emissões provenientes dos fornos de produção de clínquer que utilizam resíduos, bem como da qualidade ambiental na área de influência do empreendimento.

Art. 41. Deverão ser monitorados de forma contínua os seguintes parâmetros: pressão interna, temperatura dos gases do sistema forno e na entrada do precipitador eletrostático, vazão de alimentação do resíduo, material particulado, O₂, NO_x e THC.

Art. 42. Deverão ser monitorados, de forma não contínua, os seguintes parâmetros: HCl/Cl₂, HF, dioxinas e furanos e demais parâmetros constantes no ANEXO III.

Art. 43. O monitoramento de quaisquer outros poluentes com potencial de emissão poderá ser exigido, a critério da FEPAM, desde que de forma motivada e fundamentada.

Art. 44. O controle das características dos resíduos deverá ser feito através de amostragem não contínua, fundamentado na análise dos seguintes parâmetros: elementos e substâncias inorgânicas, enxofre, flúor, série nitrogenada e cloro.

Art. 45. O monitoramento dos efluentes líquidos deverá obedecer aos parâmetros fixados na legislação pertinente.

Art. 46. Os parâmetros MP, NO_x, SO_x, O₂ e THC deverão ser monitorados de forma contínua e os resultados encaminhados à FEPAM, podendo ser on-line, conforme critério por ele definido.

Seção XI

Do Plano de Treinamento de Pessoal

Art. 47. O pessoal envolvido com a operação de coprocessamento de resíduos deverá receber periodicamente treinamento específico com relação ao processo, manuseio e utilização de resíduos, bem como sobre procedimentos para situações emergenciais e anormais durante o processo.

Seção XII

Da Unidade de Preparo de Resíduos, de Blend e/ou de CDR

Art. 48. As unidades de preparo de resíduos, de blend ou CDR a serem encaminhados para coprocessamento deverão ser objeto de licenciamento ambiental junto à FEPAM.

Seção XIII

Dos Procedimentos para Controle de Recebimento de Resíduos

Art. 49. Os resíduos a serem recebidos pela instalação responsável por sua utilização deverão ser previamente analisados por meio de metodologia de amostragem para determinação de suas propriedades físico-químicas e registro das seguintes informações:

I - a origem e a caracterização do resíduo, de forma a garantir a rastreabilidade do mesmo;

II - métodos de amostragem e análise utilizados, com respectivos limites de quantificação, de acordo com as normas vigentes;

III - os parâmetros analisados em cada resíduo; e

IV - incompatibilidade com outros resíduos.

Seção XIV

Do Armazenamento de Resíduos

Art. 50. Os resíduos deverão ser armazenados de acordo com os dispositivos legais vigentes.

Art. 51. O transporte de resíduos ou de mistura de resíduos para as unidades de coprocessamento, deverá ser realizado de acordo com os dispositivos legais vigentes.

Capítulo III

Das Disposições Finais

Art. 52. Fica revogada a Resolução CONSEMA nº 002, de 17 de abril de 2000.

Art. 53. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

SUBSTÂNCIA	LIMITE MÁXIMO (BASE SECA)
Aldrin	50 mg/kg
Hexaclorociclo-hexanos incluindo lindano	50 mg/kg
Bifenilas Policloradas (PCB)	50 mg/kg
Clordano	50 mg/kg
Clordecona	50 mg/kg
Dibenzofuranos policlorados (PCDF)	15 µg/kg
Dibenzo-p-dioxinas policloradas (PCDD)	
Dicloro-difenil tricloroetano (DDT)	50 mg/kg
Dieldrin	50 mg/kg
Endossulfam	50 mg/kg
Endrin	50 mg/kg
Heptacloro	50 mg/kg
Mirex	50 mg/kg
Pentaclorobenzeno	50 mg/kg
Pentaclorofenol	50 mg/kg
Toxafeno	50 mg/kg
Hexaclorobenzeno	50 mg/kg
Naftalenos policlorados	10 mg/kg
Hexabromobifenil	50 mg/kg
Hexaclorobutadieno	100 mg/kg
Éter tetrabromodifenílico	Soma das concentrações = 1000 mg/kg
Éter pentabromodifenílico	
Éter hexabromodifenílico	
Éter heptabromodifenílico	
Ácido perfluorooctano sulfônico e seus derivados	50 mg/kg

ANEXO II

Combustíveis Tradicionais
Carvão Mineral
Gás Natural
Óleos Combustíveis
Briquetes de Carvão

Coque de petróleo e coques residuais da gaseificação de carvão
Metanol, etanol
Moinha de carvão
Negro de fumo

Combustíveis e matérias-primas alternativos não sujeitos à aplicação desta Resolução

Casca de arroz.
Serragem de madeira não tratada, incluindo resíduos da indústria moveleira.
Resíduos vegetais provenientes de atividade agrícola, como bagaço de cana-de-açúcar, palha de arroz, trigo e similares.
Resíduos vegetais provenientes da indústria de transformação de produtos alimentícios, como cascas, bagaços de cítricos, cítricos utilizados para extração de óleos essenciais etc.
Resíduos vegetais fibrosos provenientes da produção de pasta virgem e de papel.
Resíduos de madeira, com exceção dos resíduos de madeira que possam conter compostos orgânicos halogenados ou metais pesados resultantes de tratamento com conservantes ou revestimento.
Sucatas de metais ferrosos e não-ferrosos, como pós, carepas, cavacos, limalhas etc., classificadas como resíduos não perigosos pela NBR 10004 da ABNT, ou norma que venha a substituí-la.
Resíduos de materiais têxteis classificados como resíduos não perigosos pela NBR 10004 da ABNT, ou norma que venha a substituí-la.
Resíduos de obras de construção civil e demolição.
Resíduos de refratários, vidros, material têxtil, como mangas filtrantes e estopas, EPIs, borracha, cabos elétricos, plásticos, papel e papelão, óleos e graxas, com exceção daqueles passíveis de rerrefino, conforme Resolução CONAMA nº 362/2005 e outros gerados na própria unidade coprocessadora, passíveis de coprocessamento.
Resíduos provenientes do processo de triagem das cooperativas e associações de catadores e triadores de materiais recicláveis submetidos a alguma forma de separação prévia de resíduos recicláveis, e que atendam aos requisitos constantes do forno já licenciado para coprocessamento de CDR.
Resíduos gerados internamente no processo de fabricação de cimento, conforme disciplinado pelo PGRS do empreendimento.

ANEXO III

Limites de emissão de poluentes atmosféricos provenientes de fornos rotativos de produção de clínquer utilizados para atividades de coprocessamento de resíduos para a produção de cimento.

Poluente	Limites Máximos de Emissão ¹
----------	---

Material Particulado	50 mg/Nm ₃ corrigido a 11% O ₂
HCl	10 mg/Nm ₃ corrigido a 10% O ₂
HF	5 mg/Nm ₃ corrigido a 7% O ₂
THC (expresso como propano) ²	39 mg/Nm ₃ corrigido a 7% O ₂
Mercúrio (Hg)	0,05 mg/Nm ₃ corrigido a 7% O ₂
Chumbo (Pb)	0,35 mg/Nm ₃ corrigido a 7% O ₂
Cádmio (Cd)	0,10 mg/Nm ₃ corrigido a 7% O ₂
Tálio (Tl)	0,10 mg/Nm ₃ corrigido a 7% O ₂
(As+Be+Co+Ni+Se+Te)	1,4 mg/Nm ₃ corrigido a 7% O ₂
(As+Be+Co+Cr+Cu+Mn+Ni+Pb+Sb+Se+Sn+Te+Zn)	7,0 mg/Nm ₃ corrigido a 7% O ₂
NOx (expresso como NO ₂) ³	800 mg/Nm ₃ corrigido a 10% O ₂
SOx (medido como SO ₂)	280 mg/Nm ₃ corrigido a 11% de O ₂ , exceto quando o enxofre for proveniente da matéria-prima. Nesses casos, o limite máximo se baseará no valor de SOx calculado da seguinte forma: - Para um teor de até 0,2% de SO ₃ na farinha: 400 mg/Nm ³ , expresso como SO ₂ ; - Para um teor entre 0,2% e 0,4% de SO ₃ na farinha, conforme a fórmula abaixo: 400 /Nm ³ + (%SO ₃ -0,2).4000 mg/Nm ³ , expresso como SO ₂ ; - Para um teor acima de 0,4% de SO ₃ na farinha: 1.200 mg/Nm ³ , expresso como SO ₂
Dioxinas e furanos ⁴	0,1 ng/Nm ³ corrigido a 10% O ₂

¹ Valores expressos nas condições normais de temperatura e pressão (0°C e 1 atm), em base seca.

² Considerando o monitoramento contínuo.

³ Fornos licenciados após 02/01/2007 deverão atender ao limite estabelecido na Resolução CONAMA 382/06.

⁴ Dibenzo-p-dioxinas e dibenzo-p-furanos, expressos em TEQ (total de toxicidade equivalente) da 2,3,7,8 TCDD (tetraclorodibenzo-p-dioxina).